

SEGUNDA PARTE

A EDÓTICA

- I. A EDÓTICA. 1. Os precursores. 2. A Edótica anterior a Karl Lachmann. 3. A crítica textual moderna e seus métodos: Karl Lachmann e Giorgio Pasquali. 4. A Edótica no Brasil.

1. OS PRECURSORES

É evidente que, para a investigação filológica, especialmente quando ela se exerce na área da documentação medieval, os conhecimentos prévios de codicologia, paleografia e diplomática, expostos na PRIMEIRA PARTE, constituem instrumentos ou noções indispensáveis. A compulsão de um manuscrito medieval — contenha ele um foral, um contrato de compra e venda, um testamento, um alvará ou uma cantiga — exige o domínio prévio dessas noções, afora o conhecimento da língua, da literatura e da história em geral do período a que pertence o documento. A publicação, porém, do mesmo documento, tendo-se em vista a apuração do seu texto, a busca da sua genuinidade (V. *Introd.*), é objeto de uma disciplina denominada Edótica, que, como a História, se fundamenta no método crítico. Entretanto, se a investigação histórica opera com documentos de vária ordem, inclusive os literários, apenas estes últimos constituem o objeto primordial da ciência edótica. O que não impede, portanto, que as normas gerais desta disciplina sejam aplicáveis também à publicação de documentos históricos, filosóficos e religiosos. Os textos bíblicos, a obra

dos historiadores da antiguidade clássica e da Idade Média, bem como as obras filosóficas de um Aristóteles ou de um Platão — para citarmos apenas estes — já estão estabelecidas em edições rigorosamente críticas.

A *Edótica* representa como que o ponto de chegada de todo o labor filológico, embora hoje o papel da Filologia apresente um propósito mais arrojado, mais pretensioso do que a simples canonização dos textos literários através de procedimentos que se consubstanciaram na chamada “crítica textual”. Sobre isso falaremos mais adiante.

Nesse sentido a *Edótica* tem uma ascendência muito antiga, pois nasceu logo após a aparição da própria Filologia. Da Filologia como comentário de textos — pois foi assim que ela nasceu.

Quando os povos entram em exaustão de suas energias criadoras, isto é, num período de cansaço; via de regra se tornam saudosistas, debruçando-se sobre o seu passado numa tentativa de recriação. Foi o que sucedeu com a Grécia após o período de esplendor dos séculos V e IV, em que a filosofia (com Sócrates, Platão, Aristóteles), o teatro (com Sófocles, Eurípides, Aristófanes), a eloquência (com Isócrates e Demóstenes) e a historiografia (com Heródoto, Tucídides, Xenofonte) culminaram a inteligência criadora do povo helênico: passado esse período de apogeu e a febre dominadora do reinado de Alexandre, inicia-se a fase helenística, em que a Grécia não só se volta para repensar o passado, mas exporta as formas de sua criação para o Mediterrâneo ocidental e para a Ásia Menor. Neste período, também denominado *alexandrino*, que se estende aproximadamente do ano 322 a 146 a.C., eruditos de toda procedência se sucederam como bibliotecários da famosa biblioteca de Alexandria, que, com os seus 490 mil volumes e os 43 mil colocados, por falta de espaço, no museu Serapeum contíguo à Biblioteca, se tornou o maior centro de cultura helênica da Antiguidade. A ordenação e catalogação dessas obras levantou problemas pertinentes à sua autenticidade, à vida dos autores e posteriormente à preparação de textos para o público e para as escolas. A sucessão dos seus bibliotecários — Zenódoto de Éfeso (280 a.C., autor da 1.ª edição crítica dos poemas de Homero), Eratóstenes de Cirene (236-194 a.C., a mente mais enciclopédica de todos os tempos e o primeiro a se chamar “filólogo”), Aristófanes de Bizâncio (195-180 a.C., também autor de uma edição exemplar de Homero

e de edições críticas de Alceu, Anacreonte, Píndaro, dos trágicos e das comédias de Aristófanes seu homônimo) e finalmente Aristarco (que de Homero fez duas edições e com Aristófanes de Bizâncio constituiu a culminação da investigação filológica de Alexandria), a sucessão destes sábios — dizíamos — incumbiu-se de restaurar os textos literários antigos, tornados ininteligíveis às gerações da época, sobretudo os poemas épicos de Homero — recuados cinco séculos e conhecidos através de versões discrepantes, lacunosas, desfiguradas por erros e interpolações.

Foi, portanto, do amor à poesia que nasceu a ciência filológica. Voltados para a restauração, inteligência e explicação dos textos, o labor desses eruditos consistiu em catalogar as obras, revê-las, emendá-las, comentá-las, provê-las de sumários e de apostilas ou anotações (*escólios*), de índices e glossários (indicações marginais sobre as variantes das palavras), de tábuas explicativas, tudo isso complementado com excursos biográficos, questões gramaticais e até juízos de valor de natureza estética.

A educação grega do período clássico, eminentemente ginástica, peripatética e aristocrática, culmina o seu processo evolutivo na época helenística, em que a cultura física cede lugar a uma formação de natureza mais espiritual, marcadamente literária; e o preceptorado — ainda que subsistente — é suplantado por um ensino de caráter institucional, escolar.² Uma cultura de tipo livresco, de tendência literária, favorecida pela disseminação de escolas para as crianças, dos 7 aos 19 anos de idade, suscitou a preocupação de preparar textos legíveis, de apurá-los e publicá-los. É a fase edótica da Filologia, e os procedimentos elementares da apuração textual já vinham sendo postos em prática pelos próprios escoliastas de Alexandria, que procuravam recensear toda a tradição manuscrita, ordená-la e cotejar os testemunhos, anotando à margem desse material as dúvidas, as obscuridades e os erros textuais. Aristófanes de Bizâncio assim procedeu na sua edição dos poemas homéricos, indagando inclusive sobre problemas de métrica, de língua, de conteúdo e fontes; são notáveis também os escólios de Aristarco às duas edições de Homero, em que comenta todas as varian-

(1) V., a propósito, Gaetano Righi, *História de la filologia clásica*, Barcelona, Labor, 1967, p. 51.

(2) Vejam-se as páginas magistrais de I. Marrou, *História da educação na Antiguidade*, São Paulo, Herder-USP, 1966, p. 153.

tes encontradas na tradição manuscrita.¹ Os filólogos alexandrinos, nas edições críticas dos clássicos gregos (διορθωδείς) acabaram por consagrar, também, todo um conspecto de sinais críticos (Σημεῖα, *Notae*), que foram posteriormente utilizados nas edições de poetas latinos, na crítica textual bíblica, nos *scriptoria* da Idade Média, e pelos próprios humanistas e filólogos do Renascimento. Zenódoto de Éfeso já havia criado o óbelo, um travessão (—) para apor ao verso que julgava apócrifo; Aristarco utilizou o *diplos* (>), o *asterisco* (*) e o óbelo com asterisco (—*), respectivamente para advertir sobre uma observação importante, assinalar os versos que apareciam repetidos e denunciar as palavras que se encontravam fora do seu lugar conveniente; um anti-sigma (⊃) denotava a inversão de versos; o *keráunion* (⊥), a apocrifia de vários versos seguidos; e assim vários outros sinais, resultantes da associação dos sinais elementares, devendo-se notar que essas marcas não tinham a mesma significação em todos os escoliastas.

Em Roma, entretanto, a filologia não teve um florescimento paralelo, pois só se inicia quando entra em declínio a atividade filológica helenística. Alguns ecos do movimento filológico de Alexandria e de Pérgamo (outro centro de cultura helenística) chegaram à capital do Lácio em princípios do século I d.C.: com Lúculo, que acabava de invadir o Ponto Euxino (71 d.C.), chega preso como escravo o gramático e geógrafo Tiranião (oriundo da cidade de Amiso, naquela região); posteriormente liberto, em Roma acaba por dedicar-se ao ensino, organizar a biblioteca de Apelião de Teos (levada por Sila a Roma) e tornar-se amigo de Cícero. De orientação alexandrina, Tiranião era discípulo de Dionísio da Trácia, que também ensinou as belas letras em Roma no tempo de Pompeu, tendo sido, em Alexandria, discípulo de Aristarco. Através deles penetraram em Roma os últimos lampejos da ciência filológica alexandrina, que infelizmente não se desenvolveu. Cícero revela, em páginas do seu *De oratore*, conhecimento da doutrina trazida por Tiranião, quando, referindo-se às disciplinas que outrora não formavam um corpo de doutrina, diz: *in grammaticis poetarum pertractatio, historiarum cognitio, verborum interpretatio, pronuntiandi quidam sonus* (I, 42). Estão aí as quatro partes de que se compunha a investigação

filológica: a *pertractatio*, isto é, o estudo assíduo, que conduz à inteligência crítica dos poetas; a *historia*, ou seja, a explanação de todas as noções sugeridas pelo conteúdo; a *interpretatio* das palavras, que correspondia às chamadas *glosas* da filologia alexandrina, em que as palavras eram estudadas nas suas formas dialetais e no seu significado; e finalmente o *sonus*, som, querendo referir-se com isso à harmonia poética da expressão literária, verso ou prosa.

Ainda que se tivesse consciência da necessidade e do papel da Filologia, em Roma o seu estudo esteve reduzido aos trabalhos gramaticais de Varrão, na sua obra *De lingua latina*, de cujos 25 livros se conservaram apenas seis (do V ao X), ainda assim lacunosos; mas, pelo tratamento que dá Varrão à matéria filológica, preferentemente inclinado às questões filosóficas a respeito das leis da linguagem, percebe-se o predomínio da orientação dominante na escola filológica de Pérgamo, diversa da de Alexandria — onde os estudos filológicos se dirigiam sobretudo para a crítica de textos. Os demais filólogos romanos que sucederam a Varrão também não deixaram obra meritória no campo da crítica textual. Valério Probo (da época de Nero), denominado o “Aristarco latino” pelo seu afã em emendar textos antigos, consta haver feito edições de Terêncio, Vergílio, Pérsio, Horácio e Lucrécio; pelo que dele resta, é opinião moderna que seus trabalhos tenham sido medíocres e a denominação de “Aristarco latino” fosse atribuição sua.

Durante a Idade Média houve um verdadeiro eclipse nos estudos filológicos, conseqüentemente da crítica textual. Esta se exerceu aqui e acolá, com critérios pouco rigorosos, na área da literatura evangélica. Se excetuarmos, ainda no crepúsculo da cultura alexandrina, a obra de Orígenes (185-253), *Exapla*, uma reconstrução do texto bíblico segundo os métodos da crítica homérica praticada em Alexandria, com o texto hebreu seguido das diferentes versões gregas então em uso; a edição da Bíblia, empreendida por São Jerônimo no ano de 383, a pedido do Papa Dâmaso, que pretendia uma tradução mais exata para a Igreja romana e para isso diz São Jerônimo na carta-prefácio de sua edição haver colacionado a tradução latina vigente com os manuscritos gregos e corrigido todas as passagens incorretas;¹ se excetuarmos — dizíamos — estas pálidas

(1) Ver “Os escólios de Homero”, Wilhelm Kroll, *História de la filología clásica*, Barcelona, Labor, 1941, pp. 25-26.

(1) V. H. Quentin, *Essais de critique textuelle*, Paris, Editions Auguste Picard, 1926, p. 13 e ss. Esta edição, que suscitou críticas e

tentativas de exegese textual, que ainda assim precedem as duas Idades Médias, só no século XVI, com os humanistas italianos especialmente, a investigação filológica reinicia o seu retorno à cultura clássica nos moldes da atividade alexandrina. A renovação pedagógica empreendida no século VIII por Carlos Magno, se teve muitos méritos, não chegou a cogitar da restituição da cultura antiga à base da exegese de textos.

2. A EDÓTICA ANTERIOR A KARL LACHMANN

→ Estão aí, de forma sumária, os primórdios da ciência edótica — fruto exclusivo da atividade filológica de Alexandria no período helenístico da civilização grega; a técnica alexandrina, com poucas diferenças, veio praticada até o Renascimento. A crítica textual moderna não data senão de meados do século XIX, com as posições teóricas e metodológicas expostas por Karl Lachmann (1793-1851) nas suas notáveis edições do *Novo Testamento* grego (1842-1850) e do poema *De rerum natura* de Lucrécio (publicada um ano antes de sua morte). É ele considerado o criador da nova crítica textual. Entretanto, no período compreendido entre o Renascimento e o aparecimento das obras de Lachmann, muitas edições, de autores gregos e latinos, foram fruto de labor baseado em procedimentos hermenêuticos e críticos, algumas delas não superadas até hoje. Da galeria numerosa de filólogos que floresceram nesses três séculos, das mais variadas escolas (italiana, holandesa, inglesa e alemã), destacam-se os nomes de *Erasmus de Rotterdam* (1466-1536), que emendou os textos de Santo Ambrósio e Santo Agostinho, além de editar inúmeras obras de autores gregos e latinos; *José Justo Escalígero* (1540-1609), que renovou os métodos vigentes da crítica textual com a sua edição da obra de Festo; neste trabalho, por vários motivos ainda valioso, tentou Escalígero reconstituir, com extraordinário instinto divinatório, o manuscrito incompleto do gramático latino;¹ *Dionísio Lambino* (1520-1572), que, além de uma edição de

ataques de toda sorte, foi finalmente considerada pelo Concílio de Trento, em 1546, a tradução autêntica, “antiga e amplamente divulgada”, donde lhe adveio a denominação de *Vulgata*.

(1) José Justo Escalígero foi filho do grande humanista Júlio César Escalígero, autor da célebre *Poética*. A melhor edição da obra de Festo continua sendo a de Ottfried Müller, publicada em Leipzig em 1839.

Horácio, é autor de uma edição magistral de Lucrécio, baseada em cinco manuscritos, na qual emendou mais de 800 passagens do poema; os dois filólogos holandeses *Justo Lúpsio* (1547-1606) e *Nicolás Heinsius* (1620-1681), notável o primeiro pelos seus comentários, que contribuíram poderosamente para a reconstituição da obra de Tácito e da obra de Sêneca; o segundo, filho do humanista *Daniel Heinsius* (que traduziu para o latim a *Poética* de Aristóteles, e de sua tradução se fez a primeira tradução portuguesa pelo Licenciado Manuel Pires de Almeida no século XVII — ainda inédita), deixou boas edições de poetas latinos, colacionando vários códices; a de Ovídio é seu melhor trabalho; *Isaac Casaubon* (1559-1614), de origem francesa, ensinou na Holanda e deixou uma notável edição de Pérsio, não superada até hoje. Casaubon escreveu ainda importante tratado sobre a poesia satírica, bem como uma introdução a Políbio; em fins do século XVII sai a *Ars critica* (1669-1700) de *Jean Leclerc* (1657-1736), nascido em Genebra e morto em Amsterdão. Nesta obra, que serviu de manual de crítica filológica em várias escolas européias, Leclerc procurou, influído pelo cartesianismo e pelo experimentalismo de Locke, conter os vãos perigosos da polimatia filológica, defendendo o princípio de que a verdadeira interpretação está no valor intrínseco e concreto das palavras. Não é com dicionários que se penetra diretamente na inteligência dos textos antigos, mas com a leitura atenta e profunda das obras do próprio autor. A sua *Ars critica* ensina como distinguir um texto autêntico de um texto falso, as passagens corrompidas das passagens genuínas, e como detectar as interpolações; fruto de seu método é a sua edição da *Teogonia* de Hesíodo. Acima destes filólogos e críticos, entretanto, situa-se a extraordinária personalidade filológica do inglês *Richard Bentley* (1662-1742), cuja obra teve imenso prestígio até princípios do século XIX. De intuição poderosa e senhor de vastíssima erudição, Bentley é talvez a figura mais importante da crítica textual anterior a Lachmann. Já em fins do século XVII havia publicado uma eruditíssima edição das poesias de Calímaco; o princípio de que a razão e a objetividade valem mais do que a autoridade de cem manuscritos tornou-se um verdadeiro dogma na sua doutrina crítica (*Nobis et ratio et res ipsa centum codicibus potiores sunt*). A sua genialidade crítica, que todavia se sobrepunha ao gosto poético, revela-se poderosa na edição da obra de Horácio, em que 700 e tantas passagens foram corrigidas; não menos notável é sua edição de Terêncio, que suscitou espanto na época pelo

estudo que fez da métrica do poeta, iluminando pela primeira vez o campo desconhecido da versificação latina arcaica.

3. A CRÍTICA TEXTUAL MODERNA E SEUS MÉTODOS:

Karl Lachmann e Giorgio Pasquali

Tinha Lachmann 22 anos (Gotinga, 1815), quando redigiu o prefácio da sua edição de Propércio, publicada um ano depois. Nele censura o sistema, vigente em sua época, de editar um autor tomando por base uma edição autorizada e introduzindo nela as modificações segundo o arbítrio pessoal. Esta exposição teórica é mais tarde amadurecida, ampliada e sistematizada nas suas monumentais edições críticas da obra de Lucrécio e do Novo Testamento, durante a década de 1840-1850.¹ Lachmann revelou-se assim um marco decisivo na constituição da crítica textual, dando-lhe base e princípios científicos. Até então tratava-se de uma crítica subjetiva, como vimos, em que o filólogo tomava por base uma edição consagrada e a corrigia em confronto com um códice qualquer; e na incerteza entre diversas e contrastantes lições, era escolhida aquela que ao editor parecia mais bela e mais elegante. Mas — o que era pior — o editor não dava satisfações de seus procedimentos de fixação do texto. Lachmann, que desde jovem combate esse método, instaura com as suas edições um sistema de crítica objetiva, absolutamente científica. Está claro que, como alemão e frio, Lachmann excedeu-se no objetivismo de suas normas, tornando o seu método excessivamente racionalístico e mecânico; mas ele mesmo veio a reconhecer a ortodoxia das suas posturas teóricas, em muitos casos inaplicável na sua edição do Novo Testamento — que lhe exigiu procedimentos diferentes, mais elásticos.

O que é importante, portanto, é que Lachmann veio derubar o sistema primitivo de publicação de textos, vigente desde o Renascimento; e devemos a ele também toda uma terminologia latina da crítica textual, pois Lachmann escreveu suas introduções críticas em latim. Então termos, por exemplo, como *recensio*, *collatio*, *emendatio*, *archetypum*, *originem detegere* (*stemma*), bem como certas expressões que se tornaram normas da crítica verbal posterior, constituem a nova nomenclatura

das operações edóticas. Entre as expressões com que corporifica os princípios básicos da nova ciência, figuram estas:

- *recentiores non sunt deteriores*
- *usus scribendi*
- *eliminatio codicum descriptorum*, etc.

Com a primeira — “os mais recentes não são os piores” —, Lachmann põe em cheque o critério de antiguidade de um manuscrito, isto é: não se deve eliminar ou desprezar as cópias mais recentes, pelo fato de estarem muito distantes no tempo do original ou do arquétipo. Suponhamos que dispomos de várias cópias de um arquétipo do século VIII: uma (B) do século IX, duas (CD) do século XI, outra (E) do século XII e uma (F) dos fins do século XV. Esta última, pelo fato de ser mais recente, não significa que seja desprezível; até pelo contrário, ela pode ser superior a uma cópia do século IX ou até superior a todas as cópias existentes, por reproduzir um manuscrito que continha o texto em forma genuína.

O *usus scribendi* refere-se ao estilo do autor, que, bem conhecido pelo editor, pode ele fazer conjecturas de correção dos manuscritos estudados. O *usus scribendi* pressupõe do filólogo editor um conhecimento seguro das características gerais do estilo, da língua, da arte e, num sentido amplo, da personalidade literária e artística do autor.

O princípio da *lectio difficilior* (isto é: *lectio difficilior praeferenda faciliori*) não é propriamente de criação lachmanniana, pois já em 1725 o filólogo alemão Johannes Albert Bengel recomendava a preferência às lições mais complicadas.¹ Um manuscrito de linguagem clara, fluente, via de regra não é preferível a um manuscrito de linguagem obscura, pois é frequente o caso de copistas colocarem em linguagem inteligível aquilo que não entenderam no manuscrito copiado.

Lachmann, no seu rigor metodológico, aconselha a eliminação de todo e qualquer manuscrito que acuse a menor interpolação. Daí o princípio da refutação: *eliminatio codicum descriptorum*. Para ele, só o fato da mínima suspeita de que o copista tornou a frase mais elegante era o suficiente para que fosse rejeitado o apógrafo. Ora, é preciso verificar se esse códice, no resto, não é reprodução de um manuscrito muito

(1) Ver, a propósito, Giorgio Pasquali, *Storia della tradizione e critica del testo*. Firenze, F. Le Monnier, 1952, pp. 3-4.

(1) Cf. Francesco Semi, *Manuale di filologia classica*, Padova, Liviana Editrice, 1969, p. 89.

antigo e mais próximo do original do que os outros. Esta é uma das sábias restrições que faz Giorgio Pasquali ao método de Lachmann, na sua obra monumental sobre a *Storia della tradizione e critica del testo*,¹ da qual falaremos adiante.

Em suma, o grande mérito do método lachmanniano consistiu, não só na refutação dos hábitos editoriais anteriores, na sistematização das normas fundamentais da crítica textual, mas sobretudo na distinção metódica entre os procedimentos da “recensio” e os da “emendatio”. Daí os três momentos de que se constitui a crítica textual, sintetizados na sua fórmula: *Judicandi tres gradus sunt: recensere, emendare, originem detegere*. A “recensão” consistia num conjunto ordenado de várias operações: levantada toda a tradição (manuscrita, impressa) existente da obra, procedia-se à eliminação das cópias coincidentes e inquinadas de interpolação, para depois, por meio do exame dos erros comuns, reagrupar o material remanescente em famílias e chegar a uma árvore genealógica; daqui se partia para a operação final da *recensio*, a reconstituição do *arquétipo*.² Estabelecido o arquétipo, iniciavam-se as operações da *emendatio*, que consistiam, através da correção do texto arquétipo, em remontar ao original; o terceiro momento, *originem detegere*, rematava o processo, tentando reconstruir a história e a fortuna do texto mediante observações baseadas no exame paleográfico do material subsistente e demais informações fornecidas pelos próprios códices.

(1) Para o conhecimento amplo do método lachmanniano, cons. esta obra de G. Pasquali, pp. 1-108.

(2) Ainda que Avalle relembre as retificações de Robert Marichal e J. Froger (cf. *Grundriss der romanischen Literaturen des Mittelalters*, I, pp. 548-549), que afirmam ser o “método dos erros comuns” uma invenção posterior a Karl Lachmann, formulado por G. Grober (1869) e Gaston Paris (1868-1872) e posteriormente aperfeiçoado por Paul Lejay a partir de 1888, o maior expositor do método lachmanniano — Giorgio Pasquali — refere-se à classificação dos manuscritos baseada no critério das lacunas e dos erros comuns (cf. *Storia della tradizione...*, p. 111).

Com relação ao termo *arquétipo*, diz Avalle que a passagem de Lachmann (*Id exemplar ceterorum archetypum (ita appellare soleo) consistit...*) fez pensar que foi ele o primeiro a empregar o termo no sentido de códice-pai de todos os manuscritos existentes de uma obra, o qual se interpõe entre tais manuscritos e o original. No entanto, segundo Sebastiano Timpanaro (*La genesi del metodo del Lachmann*, Firenze, 1963, p. 52), o termo é de uso mais antigo (V. *Principi di critica testuale*, Padova, Editrice Antenore, 1972, pp. 87-88).

No século XX a ciência edótica, partindo da legislação lachmanniana, não só retificou muitos dos princípios do filólogo alemão, como suscitou tendências polêmicas de fecundas consequências. Haja vista as disquisições teóricas de Lindsay, Havet, Birt, Stählin, Traube, Bédier, Quentin, Maas, Pasquali, Fraenkel, Froger e dos atuais filólogos italianos Avalle, Brambilla, Contini, Timpanaro.¹

Acima de todos é respeitável porém a figura de Giorgio Pasquali (1885-1952), que em 1934 publicou o seu trabalho monumental *Storia della tradizione e critica del testo* (republicado postumamente pelo mesmo Editor — Felice Le Monnier, Firenze, 1952, 525 p. [ed. anastática], com um prefácio do Autor no ano de sua morte, acrescida de três apêndices; esta edição foi reproduzida, também anastaticamente em 1974, por Arnoldo Mondadori Editore). A obra, nascida de uma recensão que Pasquali fez em 1929 da *Textkritik* de Paul Maas e publicou na revista *Gnomon*, V, 1929: 417-435 e 498-521, constituiu-se num dos trabalhos mais sérios e mais amplos sobre a crítica textual saídos neste século. As linhas mestras do seu método vêm expostas no prefácio, e podem ser assim esquemmatizadas num decálogo de “doze normas”:²

1. Para Lachmann, secundado depois por Paul Maas, a tradição de um autor remonta sempre a um exemplar único, já desfigurado por erros e lacunas, chamado *arquétipo*. Pasquali,

(1) Wallace Martin Lindsay, *An introduction to latin textual emendation*, 1896, mais conhecida pela trad. francesa de J. P. Waltzing, *Introduction à la critique des textes latins*, Paris, Klincksieck, 1898; Louis Havet, *Manuel de critique verbale appliquée aux textes latins*, Paris, Hachette, 1911; Th. Birt, *Kritik und Hermeneutik*, München, 1913; O. Stählin, *Editions-technik*, Leipzig, 1914; Ludwig Traube, *Vorlesungen und Abhandlungen*, München, 1909-1920, 3 v.; Joseph Bédier, “La tradition manuscrite du ‘Lai de l’Ombre’. Réflexion sur l’art d’éditer les anciens textes”, *Romania*, LIV, pp. 161-196 e 321-356; Dom Henri Quentin, *Essais de critique textuelle* (Ecdotique), Paris, 1926; Paul Maas, *Textkritik*, Leipzig, 1927; Michele Barbi, *La nuova filologia e l’edizione dei nostri scrittori da Dante a Manzoni*, Firenze, 1938, republicada por G. C. Sansoni, Firenze, 1973; Dom Jacques Froger, *La critique des textes et son automatisation*, Paris, 1968; Hermann Fraenkel, *Testo critico e critica del testo*, Firenze, 1969; D’Arco Silvio Avalle, cujos trabalhos figuram na *Bibliografia final*; Franca Brambilla Ageno, *L’edizione critica dei testi volgari*, Parma, 1967, 2 v.; Sebastiano Timpanaro, *La genesi del metodo del Lachmann*, Firenze, 1963.

(2) Cf. *Obra cit.*, pp. XV-XIX.

entretanto, é de opinião que o pressuposto lachmanniano nem sempre se aplica, pois manuscritos há, sobretudo no que diz respeito às obras clássicas greco-latinas, que remontam diretamente ao original do autor. E aponta, por exemplo, o caso do *Apologético* de Tertuliano, cujas duas redações existentes ascendem diretamente ao autor, excluindo portanto o arquétipo. [Bem, mas Tertuliano não é um clássico, nem a sua obra é literária.]

2. Geralmente a coincidência de diversos testemunhos em lições genuínas não é prova de parentesco entre os próprios testemunhos, porque a lição genuína pode conservar-se independentemente em ramos diversos da tradição.

3-4. A autoridade de um testemunho é independente da sua antiguidade; códices, ou edições recentes (no caso da tradição impressa), podem reproduzir manuscritos muito antigos, perdidos.

5. Não se deve rejeitar — como recomendava Lachmann — um manuscrito, simplesmente porque esteja comprovadamente adulterado ou até falsificado, pois quem assim procede corre muitas vezes o risco de perder comprovações da tradição genuína; é evidente que não se deve dar fé às partes *interpoladas* ou arbitrariamente alteradas, mas no resto o manuscrito pode até transmitir lições genuínas da obra original.

6. [Pasquali, até à primeira edição de sua obra (1934), usou de uma terminologia, com relação à “recensão”, que não reaparece posteriormente: “recensão fechada”, “recensão aberta”, querendo dizer com o primeiro tipo a recensão que se aplica no caso da tradição mecânica (sem contaminação), a qual, segundo o método lachmanniano, se baseia em “critérios mecânicos” (que por sua vez se regem pela “lei do predomínio numérico”;¹ e, com o segundo tipo — “recensão aberta” —, a recensão que se aplica no caso da tradição não mecânica (com contaminação).] Pasquali é de opinião que neste segundo tipo de tradição não se aplicam os critérios mecânicos lachmannianos, mas os “critérios internos” (também chamados “razões diplomáticas”) do *usus scribendi* e da *lectio difficilior*.²

(1) Por “lei do predomínio numérico” entende-se a preferência dada a determinada lição que, em oposição a outra, ocorre em maior número de testemunhos.

(2) Ver atrás a conceituação das duas expressões.

7. É um prejuízo crer que a transmissão de um texto seja sempre “vertical”, isto é, que o texto derive diretamente do original, ou do arquétipo (ou ainda de qualquer apógrafo); casos há, e inúmeros, em que a transmissão é “transversal” ou “horizontal” [“transmissão transversal” se diz aquela em que o texto é fruto de uma cópia baseada (colacionada) em dois outros testemunhos de épocas ou de lugares diferentes, bem como de valores diferentes; e “transmissão horizontal”, aquela em que os testemunhos pertencem à mesma época ou ao mesmo lugar]. Para Pasquali, somente as lacunas se transmitem diretamente, não por colação.

8. “... Coincidência de lições em códices escritos em zonas longínquas do centro da cultura e longínquas entre si constitui uma presunção em favor da genuinidade dessa lição.” Pasquali argumenta o fato com o fenômeno semelhante que ocorre na lingüística: esta admite pacificamente que as zonas periféricas são mais conservadoras dos fenômenos fonéticos, morfológicos e lexicais, e que, portanto, a coincidência de duas zonas na manutenção de determinado fenômeno garante a sua antiguidade.

9. “As variantes, também errôneas, podem ser mais antigas do que os manuscritos que as apresentam, mesmo que se demonstre serem tais manuscritos todos derivados de um arquétipo inclusive medieval.” Variantes podem também haver penetrado em cópias regulares do arquétipo por colação com manuscritos independentes dele. Tais variantes, portanto, podem remontar a mais antigos manuscritos perdidos.

10. “Tratando-se de autores muito lidos, já na Antiguidade todo exemplar representa de qualquer modo uma edição particular, isto é, uma mistura graduada de variantes persistentes, genuínas e espúrias.” Portanto, já desde essa época se verifica o processo da contaminação, de cotejo entre tradições diversas — como atestam os papiros para a tradição grega, e as citações antigas para a tradição latina.

11. “Não há exemplos certos de arquétipos que pertençam ainda à Antiguidade para a tradição grega; para a tradição latina não parece que tais arquétipos possam ser negados.”

12. O estudo de testemunhos antigos e de poucos papiros autógrafos, bem como a análise de obras históricas, confirmam “a hipótese de que variantes de natureza particularíssima... podem também, em obras da Antiguidade, ser reconduzidas aos

próprios autores” — hipótese que em alguns casos pode ser demonstrada rigorosamente.

Estão aí as linhas mestras da obra de Pasquali, que, ao longo da sua demonstração, ora continuam e ampliam os princípios lachmannianos, ora os retificam.

4. A EDÓTICA NO BRASIL

No Brasil e em Portugal a crítica textual teve também os seus cultores, com edições excelentes de autores das suas literaturas; entretanto inexistem ainda trabalhos teóricos originais acerca da matéria. Ainda que o termo *Edótica* date dos anos 40 (talvez 1948), as exposições sobre o assunto são meras compilações, algumas excelentes — como os capítulos de Antônio Houaiss nos seus *Elementos de bibliologia* (Rio de Janeiro, INL, 1967, 2 v., v. I, pp. 199-323), que têm o mérito ainda de abordar os problemas da edótica moderna e contemporânea, complementados pela experiência pessoal do Autor nas edições críticas de Machado de Assis;¹ dele mesmo e Teresinha M. Cavalcanti, o artigo “Ecdótica” publicado na *Enciclopédia Mirador Internacional* (São Paulo-Rio de Janeiro, Enc. Brit. do Brasil, 1975, v. 7, pp. 3534-3539;² antes dos seus trabalhos, Ricardo

(1) Como membro da *Comissão Machado de Assis*, constituída pelo Governo Federal em set. de 1958, Antônio Houaiss apresentou um excelente anteprojeto para a edição crítica das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que vem reproduzido no seu *Manual*, v. I, pp. 276-332. O anteprojeto saíra um ano após a criação da Comissão, em 1959, tendo sido publicado posteriormente como *Suplemento da Revista do Livro*, n.º 1, s.d.; o Supl. n.º 2 publicou a “Introdução ao texto crítico do *Quincas Borba* de M. de Assis” da autoria de Antônio Chediak, membro também da referida Comissão.

(2) Neste verbete, entretanto, duas retificações devem ser feitas: o termo *ecdótica*, na acepção de crítica textual, arte de editar textos criticamente, ainda que diga o mesmo D’Arco Silvio Avalle (*Principi di critica testuale*, p. 21), não se deve a Dom Henri Quentin (1926 — não 1928 como aparece no verbete), pois meio século antes dele já Salomon Reinach empregava o termo em seu *Manuel de Philologie Classique*, Paris, Hachette, 1.ª ed. 1879, 2.ª 1883; é bem possível que Salomon Reinach já encontrasse o termo nos trabalhos de Tournier (*Exercices critiques d’Ecoles des Hautes-Etudes*, 1875), que trata da crítica textual, mas que infelizmente não tivemos condições de compulsar. No Brasil, a atestação mais antiga parece datar de 1948, quando Silveira Bueno empregou o termo na 1.ª ed. dos seus *Estudos de Filologia Portuguesa*, São Paulo, Saraiva, p. 144. É possível que a sua fonte tenha sido a obra do próprio Salomon Reinach, que, com

Navas Ruiz publicava, em 1965, seus *Pressupostos críticos*, onde figura um sumário da matéria edótica (pp. 13-35). Voltado mais para a documentação histórica, cujos estudos se apóiam nos métodos filológicos, deve ser mencionado o capítulo sobre a “Crítica histórica”, de José Van den Besselaar, em sua obra *Introdução aos estudos históricos* (São Paulo, Herder, 1.ª ed. 1956, 2.ª 1958, 3.ª 1970, pp. 157-196). Afora isto, é muito útil o artigo de Edward B. Ham, “Crítica textual e senso comum”, na tradução portuguesa realizada por Antônio Houaiss e publicada na *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, 9 (29/30): 18-37 jul. 1967; e, infelizmente não publicadas, as apostilas mimeografadas da autoria de Antônio Cândido, que, na regência da Disciplina de Teoria Literária na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, ministrou um curso, em 1959, de *Análise histórico-literária*, em que examina também os problemas gerais de uma edição crítica, com riqueza de observações pessoais no campo da literatura brasileira.

Foi, porém, Emanuel Pereira Ramos o maior *expert* da crítica textual no Brasil, não obstante a morte o levasse tão cedo. Seus estudos e trabalhos a propósito da poesia lírica camoniana são exemplos da vocação excepcional e do rigor científico com que se dedicou à investigação textual: ao longo dos seus trabalhos — especialmente em sua tese de livre-docência *Uma forma provençalêsca na Lírica de Camões* (Rio de Janeiro, 1967) e recentemente na obra póstuma *As Rimas de Camões* (Rio de Janeiro, Aguilar, 1974) —, Emanuel Pereira Ramos deixou lições de teoria e método, raras e seguras, a quem deseje familiarizar-se com os áridos problemas da Edótica.¹

a de Louis Havet, serviram de base para o seu capítulo a propósito da “Crítica de textos” (*Ibid.*, pp. 124-146). A paternidade dos termos e das idéias é problema muito curioso. Paralelamente ao termo *Edótica*, de que não há uma cronologia segura relativamente ao seu emprego e à sua conceituação, certas afirmações correm muitas vezes por conta de quem não é o seu verdadeiro autor. A afirmação do conceito de Edótica como “uma aplicação da patologia da atenção” vem atribuída por D’Arco Silvio Avalle a Robert Marichal (que a fez no seu excelente ensaio sobre a “Critique textuelle”, in *L’Histoire et ses méthodes*, p. 1251) (Cf. *Principi di critica testuale*, p. 21). Ora, já G. Hermann comparava a filologia crítica à medicina; e Tournier a denominava de “pathologie des textes” (Cf. Salomon Reinach, *obra cit.*, I, p. 48, n. 1).

(1) V., sobre o Autor, a apresentação que faz Leodegário Amarante de Azevedo Filho, em *Estudos de crítica textual*, coletânea de ensaios e artigos do saudoso filólogo, publicada postumamente pela Editora Gernasa, Rio de Janeiro, 1972 (Col. Estudos Universitários, 5).